



## CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 8ª REGIÃO

### ATA DE REUNIÃO

Ata da noningentésima septuagésima quinta reunião Plenária, em convocação ordinária, do Conselho Regional de Psicologia – 8ª Região, realizada no vigésimo sexto dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, na modalidade híbrida, com participação remota via Google Meet e participação presencial no Rio Hotel By Bourbon Maringá (Av. Colombo, 9161 - Pq. Ind. Bandeirantes). **Conselheiras(os) participantes presencialmente:** Psic. Ana Ligia Bragueto (CRP-08/08334); Psic. Emerson Luiz Peres (CRP-08/06673); Psic. Fabio Jose Orsini Lopes (CRP-08/09877); Psic. Sara Gladys Toninato (CRP-08/07092), Psic. Fabiola Regina Ortega (CRP-08/17317), Psic. Andrey Santos Souza (CRP-08/30587), Psic. Sergio Bezerra Pinto Junior (CRP-08/26037), Psic. Kathia Regina Galdino de Godoy (CRP-08/14630), Psic. Mario Seto Takeguma Junior (CRP-08/18972). **Conselheiras(os) participantes de forma remota:** Psic. Paulo Cesar de Oliveira (CRP-08/17066), Psic. Pamela Cristina Salles da Silva (CRP-08/20935). **Justificaram ausências:** Psic. Michele Gabardo Machado (Coordenadora Técnica da COF), Psic. Karen Aparecida Freitas de Oliveira (CRP-08/09015); Psic. Graciane Barboza da Silva (CRP-08/23467) - licenciada; **Também participantes presencialmente:** Maurício Cardoso da Silva – Gerente Geral; Psic. Vanelise Masquetti Valério Antoniassi (CRP-08/25684) - Coordenadora Técnica de Comissões Setoriais; Psic. Angelo Horst – Gerência Técnica; Psic. Gabe Martignago Soares (Coordenador Técnico das Comissões Temáticas). Beti Clarão Anderman Mazalotti (CRP-08/33048) – Comissão Estadual Transcentrada; Bruno Santos Ramos Cerdan (CRP-08/42058) – Comissão Estadual de Psicologia Anticapacitista; Caroline Tiemi Ityiama (CRP-08/29255) – Comissão de Avaliação Psicológica; Clara Krüger Lopes (CRP-08/41102) – CPAS – Cascavel; Danieli Finghre Felix (CRP-08/45100) – Núcleo de Povos Indígenas; Danilo Zeferino Brandão (CRP-08/22055) – Comissão Estadual de Mobilidade Humana e Trânsito; Diego Brugnano Sikorski(CRP-08/43631) - Comissão Estadual Transcentrada; Fernanda de Araujo Stresser (CRP-08/20147) – Controle Social(Políticas Públicas); Flávia Daniela de Souza Santos (CRP-08/24431) – Comissão Estadual de Psicologia Jurídica; Igor Pulido dos Santos (CRP-08/26880) - Representante Setorial oeste; Isadora Ribeiro Bonani (CRP-08/34309) - Comissão de Psicologia na Assistência Social – Londrina; Julia Gindre Soreano Lopes(CRP-08/32661) – Colaboradora; Kaio Cesar Pacheco (Pacheco (CRP-08/29517) – Comissão Gestora de Londrina; Káisa Abeche Bittencourt (CRP-08/43269) – Comissão de estudantes de Maringá; Ketellyn Isam Yousef (CRP-08/36223) - Comissão de Psicologia Clínica; Mara Julci Kamaraoski Baran (CRP-08/02832) - Comissão Gestora de Foz do Iguaçu; Rebeqa Pessoa de Almeida (CRP-08/33933) - Comissão Gestora de Londrina; Rodrigo Taddeu da Silva (CRP-08/22826) - Comissão Setorial – Noroeste; Rosângela Bacron (CRP-08/04941) – Comissão Setorial do Centro Norte; Silvana Batista Moreira Lopes (CRP-08/08392) – Colaboradora; Simone Cristina Gomes (CRP-08/14224) – Comissão de Psicologia na Assistência Social de Maringá; Tate Estrutika Montes (CRP-08/35847) – Comissão Setorial dos Campos Gerais; Rodrigo Cordeiro Longo – Estudante da UMFG Cianorte; Guilherme M. dos Santos – Estudante da UMFG Cianorte; Mariana Milan – Estudante da UMFG Cianorte; Arthur Murilo B. Parra – Estudante da Unifatecie Paranavaí; Mateus Atílio Ramos Sales (CRP-08/36312) - Comissão Estadual de Mobilidade Humana e Trânsito; Mable Vitória M. Andrade (CRP-08/44472) – Comissão Gestora de

Maringá; Andressa Pires Martins Santana (CRP-08/16324) - Colaboradora; Nadieli de Oliveira José (CRP-08/31884); Lucca Dias Arieira (CRP-08/44319); Leonardo de Souza Martins - Estudante da UFPR; Julia Andressa Romano Silva (CRP-08/31800); Tiago Henrique Dolphine Alves (CRP-08/15417) - Colaborador; Sissi Araujo Vigano (CRP-08/39169) - Colaboradora; Marli Nunes dos Santos Alves (CRP-08/39048) - Comissão Estadual de Mulheres. **Também participantes de forma remota:** Psic. Altieres Edemar Frei (CRP-08/20211) - Assessoria Técnica em Pesquisas; Ana Lúcia Ortiz Martins - Colaboradora; Psic. Andreza Teodoro (CRP-08/22184) - Colaboradore; Psic. Carlos Eduardo Rodrigues de Araujo (CRP-08/27975); Psic. Charize Eloize Savio Jabonski (CRP-08/18205); Psic. Claudia Barbosa (CRP-08/05631) - Colaboradora; Psic. Danielle Beltrame (CRP-08/20715); Psic. Elis Francini Souza Coelho (CRP-08/19589); Psic. Fabiane Kravutschke Bogdanovicz (CRP-08/19219); Psic. Fabio Henrique Arevalo (CRP-08/15617) - Colaborador; Psic. Gabriela de Conto Bett (CRP-08/14529) - Colaboradora; Iana Ferreira dos Santos (CRP-08/43246); Isadora Francisca Moura; Psic. Jessy Nicole Mello de Souza (CRP-08/28614); Psic. Josislaine Cátia Porto Calixto (CRP-08/39807); Psic. Maria Eduarda Picinin (CRP-08/44754); Psic. Nicolle Iwazaki Souza (CRP-08/44596); Samuel Guevara Dias. Psic. Simone Cristina Gomes (CRP-08/14224) - Colaboradora; Psic. Tiago Henrique Dolphine Alves (CRP-08/15417) - Colaborador; Psic. Vitor Alex Gnoatto Lopes (CRP-08/29901); Psic. Wilson Alzare García (CRP-08/44872); Havendo quórum, às 8h22min tem início a reunião Plenária, com pautas restritas à participação de membros do Plenário. **1. Revista Contato e uso do SEI por pessoas conselheiras** Cons. Andrey aponta que a edição da Revista Contato 151 não foi entregue para todas as pessoas psicólogas. De acordo com levantamento feito, entre outras coisas, em torno de 1500 exemplares não foram entregues aos destinatários, tampouco retornaram ao CRP. A partir disso, propõe que os membros do Plenário passem a ter acesso irrestrito ao SEI, tal qual como ocorre no CRP-RJ, a fim de que possam fazer consultas aos processos e entender os corridos, sem que haja necessidade de buscar a equipe do CRP para tal - ainda que compreenda que não necessariamente todas as pessoas conselheiras queiram acessar o Sistema. Maurício explica que o acesso externo para conselheiras(os) foi definido em Plenário, então será necessário rever o procedimento junto ao CFP - bem como levantar quais são as unidades e as autorizações para cada ação dentro do Sistema. Cons. Sérgio compreende pela inviabilidade da proposta neste momento - posição endossada pelo cons. Fábio, que também solicita mais informações sobre o que ocorreu com a edição da Revista Contato. Maurício indica que o aumento de tiragem da Revista foi aprovado pela Diretoria anterior. Indica que se trata de um procedimento administrativo. Neste caso em específico, os Correios não informaram o CRP que parte da tiragem não foi entregue. Foi aberto um chamado junto a empresa dos Correios, para verificação das razões pelas quais não houve a entrega garantida (mesmo constando em contrato). Cons. Pamela compreende que o acesso ao SEI facilita e dá celeridade às consultas. Entende que é um sistema seguro, que permite rastreamento de acessos através de senhas concedidas de forma personalizada por usuário(o). Maurício concorda com a concessão de acesso aos conselheiros. Preocupa-se, todavia, com a inoperância do sistema causada por desconhecimento de seus recursos e forma de usar por pessoas que não o conhecem. Cons. Andrey defende o uso do SEI, neste momento, exclusivamente para consultas. Compreende que em duas situações, com é o caso da edição da Revista e na contratação de hospedagem para o Corepsi, o acesso ao SEI poderia facilitar a compreensão dos processos e supervisionar questões relacionadas a possíveis equívocos nas orientações. Cons. Emerson propõe que os conselheiros responsáveis por Comissões Permanentes/Diretoria tenham acesso irrestrito/interno. E, que os demais, tenham acesso externo mediante solicitação. **Encaminhamento:** após discussão, por maioria de votos, fica aprovada a concessão de acesso irrestrito/interno ao SEI para todos os membros do Plenário. **2.**

**Participação de conselheiro no Núcleo de Povos Indígenas** Trata-se de informe do cons. Paulo sobre sua participação no Acampamento Terra Livre (ATL), na condição de voluntário, e o processo sobre a escolha de representações do CRP para participação no Acampamento, que culminaram no afastamento do referido conselheiro do grupo de WhatsApp do Núcleo de Psicologia e Povos Indígenas. **3. Representação do CRP-PR na Ulapsi** Trata-se de discussão sobre participação do CRP-PR na Ulapsi, em especial no processo de eleição de representantes das entidades brasileiras para o seu Conselho Deliberativo, cuja incidência do representante do CRP-PR na Ulapsi no processo eleitoral se deu de forma isolada e sem o conhecimento do Plenário. **4. PDE 008/2020** Relator: cons. Paulo Cesar de Oliveira. Agendado julgamento para o dia 25/07, 15h30. **5. Atrasos em relação a entrega de relatórios éticos.** Trata-se de pedido de atenção em relação aos atrasados na entrega de relatórios éticos por parte de conselheiras(os). Foi pontuado que, conforme normativas vigentes, a não entrega de relatórios éticos dentro dos prazos estabelecidos pode culminar em procedimento funcional para apuração dos fatos. **6. Alteração no quadro técnico do CRP-PR.** Trata-se de informes sobre mudanças no quadro técnico do CRP-PR. Houve a contratação do psicólogo Clefaude Estimable para a função de Assessor Técnico de Políticas Públicas, Coordenação da Comissão Étnico-Racial e da Comissão de Direitos Humanos. À pedido, o psic. Angelo Horst deixará a função de Gerente Técnico para atuar na Comissão de Ética. A psic. Vanelise passará a responder pela gerência técnica. **7. XVIII Encontro Paranaense de Psicologia (avaliação).** Assunto encaminhado para apreciação em reunião Plenária extraordinária, prevista para o dia 17 de maio de 2025, restrita à participação de pessoas conselheiras. Às 10h21min tem início as discussões relativas as pautas públicas e com a participação de outras pessoas não-conselheiras (funcionárias e colaboradoras). Conselheira Ana Lígia dá as boas-vindas as todas as pessoas participantes. **8. Comissão de Riscos, Emergências e Desastres.** SEI: 570800145.000024/2025-28. Cons. Pamela informa que o CRP-PR tem histórico de ter tido, no passado, Comissões relacionadas ao tema. Recentemente, explica, o CFP convidou os Conselhos Regionais para encontro nacional dessas Comissões. No início da atual gestão, comenta que houve deliberação por manter ativa a Comissão, porém por inúmeros fatores não foi possível dar andamento ao grupo. Aponta que há previsão de nova atividade presencial, em Brasília, possivelmente no dia 31 de maio. Neste sentido, propõe que o Plenário indique pessoas psicólogas para recomposição da Comissão. Psic. Rebeqa sugere convidar o psicólogo João Eduardo Cordeiro (que atuou com desastre aéreo de Cascavel). Psic. Caroline Tiemi sugere convidar a psicóloga Mara Rubia (que atuou nas enchentes do Rio Grande do Sul). Psic. Mara Baran propõe que haja uma chamada pública à categoria, através da Comunicação Social, a fim de ampliar a possibilidade de participação de outras(os) psicólogas(os). Cons. Andrey endossa a sugestão da psicóloga Mara. Indica que, em relação à Comissão de Psicologia Clínica, a chamada pública teve uma repercussão bastante positiva em relação à participação de psis. **Encaminhamento:** Aprovada a reativação da Comissão de Riscos, Emergências e Desastres, mediante convite às pessoas psicólogas indicadas pelo Plenário, e chamada pública para convite à categoria profissional de psis. **9. COMISSÃO DE PSICOLOGIA JURÍDICA 9.1. Nota de Posicionamento - Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM).** SEI: 570800145.000043/2024-73. Psic. Flávia Daniela solicita que o assunto seja apreciado na próxima Plenária (prevista para o fim de maio) – o que é aprovado. **9.2. Tabela de Honorários do CAJU/TJ-PR.** SEI: 570800145.000025/2025-72. Psic. Flávia Daniela indica que, antes, a tabela de honorários permitia que houvesse majoração dos valores pelas profissionais, em até cinco vezes em relação ao valor da tabela. Atualmente, com a atualização da tabela, isso não é mais possível. O pedido então, da Comissão de Psicologia Jurídica, é de que o Conselho se posicione a

respeito. Cons. Pamela questiona se o assunto já foi compartilhado com o Sindicato dos Psicólogos (Sindyspsi). Psic. Flávia Daniela indica que através da Comissão não. Cons. Ana Ligia propõe que o assunto seja levado ao Sindicato. Em paralelo, compreende que é possível o CRP buscar interlocução com o Tribunal de Justiça. Recomenda que este retorno seja dado à Comissão, no sentido de informar também que o Conselho estará apoiando a causa junto ao Sindicato. Cons. Sérgio propõe que, a partir das atribuições de cada uma das entidades, a própria Comissão possa articular com o Sindicato para uma reunião e também convidar membros do Plenário para acompanhar - o que é aprovado. **10. Resolução Ad Referendum Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS-PR) nº 005/2025.** SEI: 570800145.000023/2025-83. Psicóloga Carine indica que a Resolução diz respeito ao regulamento da 15ª Conferência Nacional de Assistência Social. Indica que o texto da Resolução não contempla toda a designação de grupos e populações que podem ser enquadradas na reserva de vagas para participação na Conferência. Aponta que foi procurada por dois coletivos em Guarapuava, a respeito do tema, que indicaram se tratar de uma violação dos direitos humanos. Os coletivos também tiveram uma resposta do CEAS. Cons. Sérgio agradece pela participação da psicóloga. Aponta que, tão logo o CRP recebeu a informação, as representações do CRP junto ao CEAS foram mobilizadas. Cons. Ana Ligia ressalta a importância do tema trazido pela psicóloga. Pede atenção das(os) profissionais para circunstâncias análogas, onde muitas vezes as violências ocorrem de forma velada. **11. COMISSÃO TRANSCENTRADA 11.1. Nota de Repúdio à Resolução CFM 2.427/2025.** SEI: 570800131.000034/2025-12. Psic. Beti Clarão aponta que o texto elaborado pela Comissão é de repúdio à Resolução, porque o documento coloca a transgeneridade no lugar da patologia. Indica que estão acontecendo inúmeras manifestações no país. Em Curitiba, cita que aconteceu no dia de ontem (25 de abril). Apresenta o texto: *“A Comissão Transcentrada do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR), por meio desta nota, expressa veementemente seu repúdio e profunda indignação diante da Resolução CFM nº 2.427, de 8 de abril de 2025. A resolução propõe uma normativa que “revisa os critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero e dá outras providências”, o que em sua própria narrativa errônea, ao equiparar todas as pessoas trans à descrição de pessoas com disforia de gênero. Faz-se imprescindível o resalte de que nem todas as pessoas trans experienciam a disforia de gênero conforme descrita pelos manuais diagnósticos próprios comumente utilizados pelo saber médico, generalizando a diversidade de suas vivências de forma distante à realidade das pessoas trans no Brasil, sendo uma noção ultrapassada, pautada em pré-conceitos. Também ressalta-se que, ao patologizar uma população inteira que já passa por processos de violência generalizada e muitas vezes tendo seu próprio direito à vida negado pelo único motivo de tais pessoas existirem em sua subjetividade, a dignidade humana dessas pessoas, outro direito humano fundamental, também fica prejudicada, e a patologização em si se torna uma ferramenta de perpetuação e legitimação de violências. A redação expressa na Resolução CFM nº 2.427 perpetua uma visão patologizante, binária e limitante das identidades trans, travestis e não binárias, contrariando avanços significativos no campo da saúde e dos direitos humanos. A referida resolução retoma terminologias ultrapassadas, como “disforia de gênero”, desconsiderando os esforços históricos de despatologização das identidades trans. Essa abordagem não apenas ignora as diretrizes estabelecidas pela Resolução CFP nº 01/2018, que reconhece as identidades trans como não patológicas, mas também desrespeita os princípios fundamentais da Psicologia, que prezam pela dignidade, autonomia e diversidade humana. Ressalta-se também alguns Princípios Fundamentais do Código de Ética Médica: V - Compete ao médico aprimorar continuamente seus conhecimentos e usar o melhor do progresso científico em benefício do paciente e da sociedade. VI - O médico guardará absoluto respeito pelo ser humano e atuará sempre em seu benefício, mesmo depois da morte. Jamais utilizará seus conhecimentos para causar sofrimento físico ou moral, para o extermínio do ser humano ou para permitir e acobertar*

tentativas contra sua dignidade e integridade. XXVI - A medicina será exercida com a utilização dos meios técnicos e científicos disponíveis que visem aos melhores resultados. Entende-se que, à partir do momento que institucionalmente o Conselho Federal de Medicina patologiza toda uma parcela da população, indo contra os movimentos científicos iniciados desde 1973 com a Associação Americana de Psiquiatria, a instituição acaba por colocar em xeque alguns de seus próprios Princípios Fundamentais. VII - O médico exercerá sua profissão com autonomia, não sendo obrigado a prestar serviços que contrariem os ditames de sua consciência ou a quem não deseje, excetuadas as situações de ausência de outro médico, em caso de urgência ou emergência, ou quando sua recusa possa trazer danos à saúde do paciente. Levamos em conta de que, assim como qualquer categoria profissional, os profissionais devem ter sua autonomia garantida e protegida pelos Conselhos que as regem. Esta Nota reconhece e reforça a importância da autonomia profissional, ao mesmo tempo que questiona o quanto esta autonomia está sendo respeitada pelo próprio Conselho Federal de Medicina em relação aos seus próprios profissionais, ao redigir uma Resolução de baixo critério científico e coibindo a prática científica e ética de muitos profissionais da Medicina. É alarmante que, em pleno 2025, o Conselho Federal de Medicina adote uma postura que reforça estigmas e marginaliza ainda mais uma população historicamente vulnerabilizada. A imposição de critérios médicos restritivos para o acesso a tecnologias de afirmação de gênero representa um retrocesso, dificultando o acesso à saúde integral e comprometendo gravemente a qualidade de vida de pessoas trans, com efeitos severos no cuidado em saúde. As tecnologias de afirmação de gênero são essenciais para a saúde mental e física de pessoas transvestigêneres, atuando como fatores de proteção contra fenômenos como o suicídio e as ideias suicidas. Negar ou dificultar o acesso a esses recursos é uma forma de violência institucional que não pode ser tolerada. Ademais, é imprescindível destacar que o direito à identidade de gênero e ao acesso à saúde são garantias fundamentais asseguradas pela Constituição Federal, sendo incondicionais e inalienáveis. A Resolução CFM nº 2.427/2025, ao restringir e controlar o acesso a cuidados afirmativos por meio de critérios médicos desatualizados e discriminatórios, incorre em grave violação aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não discriminação. O conteúdo dessa resolução não é apenas eticamente inaceitável — ele é juridicamente inconcebível e incompatível com os fundamentos do Estado Democrático de Direito. Em verdade, sua implementação não deveria sequer estar sendo considerada por um órgão de tamanha responsabilidade, muito menos formalmente publicado e difundido como diretriz. Trata-se de um atentado aos direitos fundamentais das pessoas trans, que não pode ser naturalizado, tolerado ou ter seus efeitos ignorados, com inúmeros relatos de aumento em comportamentos autolesivos e depressivos já sendo notados por profissionais que atendem diferentes camadas da população trans, ligados ao terror, ansiedade e sentimento de desamparo por Conselhos de saúde que deveriam amparar as demandas de suas comunidades, já muito historicamente vulnerabilizadas. A Comissão Transcentrada do CRP-PR reafirma seu compromisso com uma Psicologia e um saber em saúde que respeita e valoriza a diversidade de identidades de gênero. Repudiamos qualquer tentativa de retrocesso que comprometa os direitos e a dignidade de pessoas trans. Conclamamos as instituições de saúde, os profissionais da área e a sociedade em geral a se posicionarem contra essa resolução e a promoverem práticas que garantam o acesso equitativo e humanizado à saúde para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero. Por uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa das diversidades, assim como se deve. Comissão Transcentrada do CRP-PR (08) - 24 de abril de 2025 (modificar data conforme finalização do documento)". Propõe que a nota seja postada pelo CRP-PR em seus canais de comunicação, reforçando a incidência política pela revogação da Resolução. Psic. Fernanda Stresser parabeniza a Comissão pela nota e movimento. Coloca a Comissão da Criança e do Adolescente para aprimoramento do texto no que diz respeito à infância. Se aprovada a nota, também propõe que o assunto seja levado aos Conselhos Municipais e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Psic. Angelo sugere que o texto possa ser adequado para um posicionamento do CRP-PR

como um todo (e não apenas da Comissão). Considera ser importante incluir elementos relacionados às orientações do Sistema Conselhos para profissionais da Psicologia. Aponta que o CRP-PR tem interlocução com o Conselho de Medicina em outros fóruns, citando - como exemplo - o Fórum dos Conselhos de Saúde (FCRAS). Pondera que o formato de nota de repúdio poderá ter um impacto nessas interlocuções. Enaltece o trabalho da Comissão, indicando que a Comissão Transcentrada cumpre com seu papel ao subsidiar as decisões do Plenário na matéria. Psic. Fabiane Bogdanovicz, no chat, elogia o trabalho da Comissão. Sugere a revisão ortográfica do texto. Cons. Andrey compreende que é indiscutível a importância do posicionamento, mas considera arriscado a publicação da nota, em função de seu formato, propondo que a intervenção do Conselho se dê pelo canal do diálogo e interlocuções com o Conselho de Medicina. Cons. Fabiola complementa a proposta do cons. Andrey, no sentido de garantir antes o diálogo com o Conselho de Medicina, para então se decidir pela publicação da Nota. Cons. Pamela concorda com as sugestões do cons. Andrey. Indica que uma reunião com o Conselho de Medicina pode até dar sustentação para a revisão da nota. Coloca-se à disposição para colaborar com a revisão do texto. Cons. Mário parabeniza a Comissão pelo texto. Concorda com a proposta do cons. Andrey. Psic. Fernanda Stresser avalia que, quando há violação de direitos, o caminho nem sempre é o diálogo. Compreende que é uma oportunidade, inclusive, para discutir o tema para pessoas abaixo de 18 anos. Defende um posicionamento do CRP imediato. Psic. Mara Baran compreende que uma ação não invalida a outra. Entende que, da forma como está sendo conduzida a questão, corre-se o risco de inviabilização da pauta e silenciamento das pessoas que discutiram e pensarem a respeito. Psic. Tate indica que o processo de harmonização está sendo implementado para pessoas acima de 21 anos, após a pessoa passar por toda a puberdade e fazer acompanhamento psiquiátrico. Reflete que é importante as pessoas cisgêneras apoiarem a causa. Psic. Beti indica que o posicionamento do Conselho Federal de Medicina é transfóbico e sem fundamentação. Compreende que não é possível atrasar a publicação. Manifesta seu descontentamento com a fala das pessoas cisgêneras em relação aos possíveis encaminhamentos. Ressalta que o texto não é violento com a classe médica. Cons. Ana Ligia considera que acionar os Conselhos de Direitos é um caminho viável. Tem preferência por uma nota que foque na questão da orientação a partir das resoluções do CFP, por isso defende um aprimoramento do texto. Propõe um GT emergencial para rever alguns pontos do texto, composto por Comissão da Criança e do Adolescente, Comissão de Psicologia Jurídica, Direitos Humanos, Étnico-Racial, etc. Psic. Julia Romano retoma a fala da psicóloga Mara sobre a necessidade de dar encaminhamentos, no sentido de deliberar sobre a nota e, na sequência, pensar os demais passos. Psic. Fernanda Stresser propõe que a revisão seja feita na segunda-feira (28/04, 19h30), em reunião da Comissão da Criança e do Adolescente - o que é aprovado. O grupo de revisão do texto será formado por: Comissão da Criança e do Adolescente, Tate (Comissão Transcentrada), Diego (Comissão Transcentrada), Julia Gindre (CER), Pamela (CER), Clara (Comissão de Psicologia na Assistência Social), Beti, Comunicação Social (verificar disponibilidade da jornalista Ellen). Além da revisão e publicação da nota, delibera-se por encaminhá-la para Conselho da Criança e do Adolescente, Comitê LGBTI, Conselho Estadual de Saúde, Conselho de Direitos Humanos e outros relacionados. Psic. Gabe complementa que há uma ação de inconstitucionalidade proposta pela ANTTTRA junto ao Supremo Tribunal Federal. Cons. Pamela propõe articulação com outras entidades, para unir forças em relação ao tema. Psic. Gabe indica algumas das instituições e associações possíveis. Cons. Andrey questiona se a Nota será publicada antes ou depois das articulações com as entidades. Cons. Ana Ligia compreende que a nota será postada tão logo o grupo faça sua revisão (na terça ou quarta-feira, 29 ou 30/04). Cons. Emerson questiona sobre o formato e título (se nota de repúdio, de posicionamento, etc.). Cons. Ana

Ligia indica que isso caberá ao grupo de revisão definir o formato, desde que o mesmo não fira as atribuições institucionais do Conselho. Às 12h é encerrado o primeiro período da reunião Plenária (parte da manhã). Às 13h40 é retomada a Plenária (período da tarde). **12. Políticas Públicas de Saúde Mental em Londrina.** SEI. 570800145.000016/2025-81. Psic. Sissi Araujo Viganò informa sobre sua participação em reunião com o MP, no dia 25 de fevereiro de 2025, onde se teve conhecimento sobre uma instituição particular que recebe recursos públicos para atendimento da população usuária de álcool e outras drogas e população em situação de rua. Na mesma reunião, teve conhecimento de que não há profissionais da Psicologia no CAPS, destacando o sucateamento do atendimento em saúde mental. Também há dificuldade para contratação de psiquiatras. Preocupa-se com os tratamentos ofertados por essas instituições, muitas vezes fundamentado em premissas religiosas. Defende a criação de um GT de fiscalização. Explica que esteve em evento em Porto Alegre, em contato com vice-presidente do CRP-GO, que se colocou à disposição para auxiliar, considerando que naquele Estado foi possível encerrar as atividades de vinte e sete comunidades terapêuticas. Cons. Kathia concorda com a sensibilidade da pauta e a necessidade de buscar parcerias para enfrentamento do sucateamento. Em relação ao território, propõe que as ações sejam articuladas junto com a Comissão Gestora da sede de Londrina. Cons. Sara propõe que o debate também seja feito junto ao Núcleo de População em Situação de Rua, vinculado à CDH. Cita que a Prefeitura de Londrina tem um histórico de parcerias com instituições particulares, avaliando que se trata de um problema de longa data. Convida a psicóloga para participar do Núcleo. Cons. Kathia complementa que em maio será feito o evento Mostra RAPS em Londrina, que pode auxiliar a dar luz a essa pauta. Cons. Ana Ligia - verificar com CRP-GO para formação interna. Psic. Angelo lembra que na Plenária de Cascavel (29/03/2025) foi constituído um GT sobre as Comunidades Terapêuticas. Lê ao Plenário a relação de membros do Grupo, coordenado pela Psic. Larissa Schelbauer. Propõe que o assunto seja incorporado às discussões deste GT. Cons. Pamela propõe que, para o evento da Mostra RAPS, seja convidado o conselheiro de Goiás para explanar sobre a experiência. Cons. Sérgio aponta que é possível acolher a proposta da cons. Pamela, assim como o próprio GT também pode indicar pessoas para colaborar. **13. Sede - Cascavel (aquisição de imóvel próprio).** SEI: 570800117.000024/2025-65. Maurício indica que, mediante superavit, o Conselho pode adquirir imóveis. Atualmente a sede de Cascavel é alugada e, portanto, a proposta é de aquisição de uma sede própria. O limite para aquisição é de R\$ 650.000,00. Foi feito um levantamento de alguns imóveis, junto com colaboradoras da Comissão Gestora da sede de Cascavel, e há preferência pela aquisição de uma delas. Na Assembleia Orçamentária de 2024 já houve autorização para aquisição de imóvel, ainda assim o assunto foi trazido para conhecimento e deliberação da Plenária. Há uma preferência da equipe de trabalhadoras de Cascavel pela aquisição do imóvel em edifício comercial, em função de segurança - comenta. Apresenta carta das pessoas funcionárias da sede. Apresenta imagens dos espaços visitados para conhecimento do Plenário. Psic. Cláudia Barbosa ressalta que a possibilidade de aquisição alegra muito as(os) profissionais da cidade. Compreende a preocupação das trabalhadoras, que são as mesmas preocupações das pessoas colaboradoras. Explica que visitou alguns imóveis, e há preferência pela sala visitada na Rua Minas Gerais (cuja região aparenta ser mais segura e possui estacionamentos). Cons. Ana Ligia entende que as preocupações das pessoas trabalhadoras e colaboradoras são relevantes e devem ser consideradas. Se há possibilidade de adequar a sala para acolhimento de reuniões e de pessoas colaboradoras, concorda com a opção da sala visitada na Rua Minas Gerais. Cons. Pamela, no chat, pergunta como é o sistema de segurança do condomínio da sala escolhida. Maurício entende que o sistema de segurança será o mesmo do atual (porta automática). Cons. Sérgio cita que foram visitadas mais de

10 salas. As duas apresentadas são as que de alguma forma atendem as condições exigidas pelo CRP para uso. Cons. Pamela questiona sobre a segurança do condomínio. Maurício aponta que é uma sala comercial no térreo, com porta virada para o estacionamento. Os visitantes chegam direto na sala, sem portaria. Psic. Claudia Barbosa indica que a preferência da Comissão Gestora é pela sala da Rua Minas Gerais. Psic. Bruno Cerdan questiona sobre as questões de acessibilidade. Maurício aponta que será necessário contratar uma empresa para adequação e reformas necessárias. O valor final da proposta ficou em R\$ 595.000,00.

Encaminhamento: em regime de votação, o Plenário aprova a compra de sala localizada na Rua Minas Gerais, para a sede Cascavel. **14. Comissão Gestora de**

**Maringá** Psic. Andressa Martins apresenta as(os) profissionais que agora fazem parte da Comissão Gestora, quais sejam: psic. Tiago, psic. Mabile e psic. Taísa.

Comenta que ontem (25/04) tiveram uma reunião com a psicóloga Vanelise para combinar sobre alguns fluxos e procedimentos. Psic. Tiago Dolphine comenta sobre a incidência política do CRP no controle social, de forma articulada com a Comissão Gestora, e que tem trazido benefícios para o Conselho. Psic. Andressa complementa que há, no momento, 03 (três) Comissões constituídas na sede: Comissão de Psicologia na Assistência Social, de Estudantes e Gestora. Psic. Simone Gomes ressalta sobre o trabalho da sede, destacando a importância da Comissão de Estudantes e a possibilidade de contar com as(os) acadêmicas(os) para o fortalecimento de uma Psicologia de compromisso com a justiça social. Cita a atividade “Mobiliza”, que foi muito importante para mobilização de psis frente à gestão municipal. Agradece ao Plenário e colegas pelo apoio recebido para a realização de ações no território. Psic. Mabile agradece pelo apoio. Ressalta a importância de ter participado da Comissão de Estudantes, e o quanto isso colaborou para sua formação profissional e a representação da importância social que o CRP tem. Psic. Taísa indica que também participou da Comissão de Estudantes. Aponta que está se familiarizando com o CRP, os processos de trabalho, etc. e, neste momento, tem procurado se apropriar das pautas. Manifesta sua satisfação em compor a Comissão Gestora. Artur, estudante de Paranavaí, agradece pela acolhida e oportunidade de participar, haja vista que considera haver um distanciamento entre o CRP e as instituições de ensino. Rodrigo, estudante, agradece também pela oportunidade e a importância do momento. Mariana, estudante de Cianorte, agradece pela oportunidade. Considera que a experiência tem sido muito interessante. Guilherme, estudante de Cianorte, manifesta seu contentamento com a experiência de participar da Plenária. Raisen, estudante de Curitiba, indica a importância de participação, para conhecimento de como funciona o processo decisório e a estrutura interna de funcionamento. Comenta que foi monitor no EPP. Cons. Ana Ligia agradece a participação das pessoas estudantes.

**15. NOMEAÇÃO DE PESSOAS COLABORADORAS 15.1 Comissões Temáticas.**

Psic. Gabe apresenta ao Plenário a relação de novas pessoas colaboradoras para homologação. Comissão de Estudantes de Londrina: Psic. Sissi Araújo Viganó (CRP-08/39169). Comissão de Mobilidade Humana e Trânsito: Psic. Bruno Santos Ramos Cerdan (CRP-08/42058). Comissão de Mulheres: Psic. Anayna Nara de Campos (CRP-08/11777).

**16. INFORMES 16.1. Metodologia - Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).**

Psic. Altieres informa que, junto com a cons. Kathia, participou de reunião nacional do Crepop, onde foi aprovado e encaminhado o novo texto-guia da metodologia do Centro. A metodologia anterior possibilitou que muitas referências técnicas fossem produzidas. Porém, aponta, a metodologia era muito pautada numa distinção entre sujeito e objetivo, numa perspectiva positivista. Neste sentido, a revisão da metodologia garante que cada pesquisa possa deliberar especificamente sobre qual a metodologia mais adequada a se usar, respeitando as questões territoriais. Cons. Kathia cita que recentemente houve o lançamento de duas novas referências

técnicas. As *lives* de lançamento estão salvas no youtube do CFP. Reforça a importância de fazer uma divulgação das referências de forma qualificada, nos serviços, nas instituições de ensino ou através de eventos. Considera que as referências servem também para sustentação de posições dos profissionais e enfrentamentos à precarização do trabalho. **16.2. Mostra RAPS - Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).** Psic. Altieres informa que dia 30 de maio, em Londrina, acontecerá a Mostra RAPS, como atividade prevista no cronograma de ações do Crepop. O prazo para submissão de trabalhos vai até 02 de maio de 2025 e, até o momento, a quantidade de trabalhos recebidas está aquém do desejado. Pede apoio para o reforçamento da divulgação entre a categoria. O edital prevê a indicação de um trabalho regional para concorrer na Mostra Nacional. A premiação é de R\$ 2000,00. Mas, mais importante que a premiação, indica que a Mostra tem função de mobilizar psis e a atenção dos Conselhos sobre o tema. Para os trabalhos que não forem selecionados, a ideia é aproveitá-los na atividade prevista para o dia 31 de maio. Aponta que o tema se relaciona também com a campanha do 18M e com a retomada da Cartografia da RAPS. **16.3. Campanha - 18 de Maio (Luta Antimanicomial).** SEI: 570800145.000003/2025-11. Psic. Angelo projeta, em tela, identidade visual da campanha aprovada (via votação em grupo de WhatsApp) pelas pessoas colaboradoras das Comissões do CRP. Dá informações sobre o processo de construção das imagens pelo GT. Cons. Ana Ligia questiona se é possível fazer camisetas da campanha. Maurício explica sobre os prazos necessários para produção. Cons. Fábio compreende que a camiseta poderia ser útil para outras ocasiões, não apenas na campanha de maio. Cons. Sérgio ressalta que é importante definir qual o público que receberá a camiseta, sugerindo que as próprias pessoas interessadas se organizem e custeiem a própria camiseta. Cons. Pamela propõe que sejam aproveitados os filtros das redes sociais também para ampliação da campanha. Cons. Sérgio indica que a tesouraria estudará possibilidades orçamentárias para impressão, além de disponibilizar a identidade visual para as pessoas que queiram confeccionar sua própria camiseta. Psic. Mara Baran defende que a proposta não se restrinja ao Plenário, mas que toda a categoria possa ter acesso ao material. Psic. Cláudia Barbosa sugere outras formas também de dar visibilidade à campanha, citando - por exemplo - a possibilidade de produzir botons para profissionais. Cons. Sérgio agradece a sugestão e indica que ela será considerada no levantamento orçamentário (e dentro das condições de tempo necessário para execução). Psic. Cláudia aponta que a sugestão serve para outras campanhas também. **16.7. Prêmio Profissional Avaliação Psicológica e Justiça Social, instituído pelo Conselho Federal de Psicologia.** Psic. Caroline Tiemi faz a divulgação do Prêmio. Aponta que as inscrições estão abertas e assim ficarão até o dia 05 de julho de 2025, via site do CFP. Serão selecionados 03 trabalhos de cada uma das frentes, com premiação financeira, certificado, menção honrosa e divulgação nacional. As premiações acontecerão no Congresso Ciência e Profissão. O custeio de participação das pessoas premiadas será de responsabilidade do CFP. **16.8. Reunião aberta - Conselho editorial CadernoS de PsicologiaS 2025.** SEI: 570800130.000001/2025-82. Psic. Altieres informa sobre o chamado para acolhimento de textos da Revista. O objetivo para 2025 é seguir com duas edições, sendo a primeira destinada para trabalhos oriundos do EPP e da Mostra RAPS e a segunda aberta para a categoria. Convida as pessoas a participarem como pareceristas ou integrantes da Comissão Editorial. As informações estão disponíveis no site. A reunião será dia 14 de maio de 2025, 11h. **16.9. Pesquisa sobre a prática da Psicologia Escolar e da Educação.** Cons. Fabiola agradece o apoio na divulgação da pesquisa. Lembra que a próxima semana será a última para resposta. Depois disso, as respostas serão analisadas. **16.20. Ato - 18 M (Luta Antimanicomial)** Psic. Bruno informa sobre realização de ato, dia 16 de maio de

2025, com concentração na Praça do Gaúcho, em Curitiba, com saída prevista para 20h. Avalia que se trata de uma mobilização muito importante porque permite o diálogo com pessoas de outros municípios do Paraná. Convida as pessoas de Curitiba para participarem do ato e indica que o grupo está à disposição para contribuir para a realização de outros atos em outros municípios. **16.21. Seminário - 18 de maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil** Psic. Gabe indica que o informe tem como intuito compartilhar com o Plenário a realização do Seminário “A psicologia na rede intersetorial do combate à violência e exploração sexual infantil”, que surge em alusão ao Maio Laranja, mês dedicado à mobilização nacional contra o abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme instituído pela Lei Federal nº 9.970/2000 e reforçado pela Lei nº 13.431/2017. O evento visa promover debates interdisciplinares e reflexões críticas sobre os desafios enfrentados na prática clínica, forense, escolar e social, a fim de contribuir para a prevenção, identificação e enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. Ao reunir diversas Comissões Temáticas do CRP-PR (Jurídica, Criança e do Adolescente, Avaliação Psicológica, Escolar e da Educação, Assistência Social e Saúde), esta proposta também reafirma o compromisso do Conselho com a defesa dos direitos humanos, dos direitos das crianças e adolescentes, ao mesmo tempo que e qualifica a categoria para o enfrentamento dessa grave violação de direitos, por meio da capacitação da categoria profissional por meio de um debate interdisciplinar. A atividade busca ainda incentivar o diálogo com a sociedade civil e outras áreas profissionais, promovendo ações integradas que fortaleçam os fluxos de encaminhamento e os dispositivos legais e institucionais existentes. A primeira mesa do Seminário será realizada no dia 10 de maio, às 9h, na sede de Curitiba do CRP-PR, na modalidade híbrida. Ao longo do mês, às quintas-feiras, dias 15, 22 e 29, na modalidade online, serão realizadas rodas de conversas online para discutir a Psicologia na rede de proteção do combate à violência contra crianças e adolescentes, conduzidas pelas pessoas colaboradoras das Comissões Temáticas e pessoas convidadas. A segunda reunião do grupo de trabalho para alinhamento/organização do evento ocorrerá nesta segunda-feira, às 20h. Psic. Flávia complementa com informações sobre o objetivo do Seminário. Psic. Fernanda Stresser reforça a importância do diálogo intersetorial e realização da atividade. Cons. Emerson destaca a importância do evento, em especial porque são duas datas importantes relacionadas ao 18 de maio, que precisam da atenção da categoria com a mesma ênfase. Cons. Mário sugere a realização de atividades, no futuro, que contemplem as duas questões (luta antimanicomial e combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes), considerando que muitos equipamentos não tem equipe suficiente para dar conta de ambas, de forma que uma acaba se sobrepondo a outra. Psic. Julia Gindre questiona como o debate sobre questões étnico-raciais estarão presentes no evento. Psic. Gabe sinaliza que recebeu esse questionamento e que irá levar para o grupo para reflexão e construção da transversalização da pauta. Aproveita para convidar a Comissão a participar da próxima reunião, prevista para segunda-feira, 20h. **16.22. Redimensionamento do quadro de funcionários.** Cons. Ana Ligia informa que o então gerente técnico, psic. Angelo, solicitou desligamento da função. A partir disso, irá atuar na Comissão de Ética, em função de coordenação a ser construída. Faz um agradecimento ao funcionário pelo período em que esteve no cargo. Indica que, para substituí-lo, foi convidada a funcionária Vanelise. Elogia o trabalho da funcionária e indica que o Plenário está à disposição para auxiliar. Aponta também que o psicólogo Clefaude Estimable assumiu a função de Assessoria Técnica de Políticas Públicas, Coordenação Técnica da Comissão Étnico-Racial e da Comissão de Direitos Humanos. **16.23. Representações em Controle Social** Psic. Marli faz uma reflexão sobre sua jornada de colaboração com o CRP-PR e a importância da participação do Conselho nos espaços, que tem se expressado

através de articulações políticas e com outras instituições. Faz um agradecimento ao Plenário pela confiança e indica que recebe feedbacks constantes de outras pessoas sobre a participação do CRP, avaliando que a instituição tem feito diferença nesses locais. Conclui que a Psicologia é muito forte. Cons. Ana Ligia agradece pela participação da psicóloga Marli e sua representação junto a fóruns de controle social e Comissões. Psic. Sissi aponta que o fortalecimento da Psicologia se dá na defesa da saúde mental. **16.24. Comissão de Mobilidade Humana e Trânsito** Psic. Rosângela faz um agradecimento à Diretoria e COF, pela acolhida em relação as demandas da Comissão, em recente reunião realizada sobre edital de credenciamento de clínicas junto ao Detran. **DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:** **Pessoa Física** - Inscrição Principal Provisória; Inscrição Principal Definitiva; Alteração Provisória para Definitiva; Inscrição por Transferência; Reativação; Reativação por Transferência; 2ª Via da Carteira; Inscrição Secundária; Cancelamento. **Pessoa Jurídica** - Cadastro; Registro; Renovação de Certificado; Cancelamento; Isenção; conforme relatórios anexos. **Título de Especialista:** **Tráfego:** LIGIA ANGÉLICA RADIS STEINMETZ CRP-08/09261. **Título de Especialista Indeferido:** ERIKA RIBEIRO RAMOS DA COSTA BARTZ CRP-08/35227, LIGIA FRANÇA BORBA CRP-08/34811. **CANCELAMENTO INDEFERIDO:** JANAINA DE SIQUEIRA SILVEIRA CRP-08/18621, KELLY REGINA LORENZETTI BUENO CRP-08/19334, CRISTIANE STADLER SCHAITEL CRP-08/27775, KAUANA FERNANDA DE LIMA CRP-08/36266. **Cancelamento Falecimento:** YARA MARCHETTI CHUEIRE CRP-08/06092, DORLI TEREZINHA DE MELLO ROSA CRP-08/14120. **PROCESSO EM GRAU DE RECURSO AO CFP:** Solicitação de Registro de Especialista – Psicóloga RACKLAINE LAUANE LOURENÇO LEITE LISBOA CRP-08/26651: Com base no relatório do Parecer nº 15/2025/08-SECS/08-GG, o qual indefere a solicitação de registro de especialista em Psicologia do Tráfego, após apreciação do processo, o plenário delibera o encaminhamento em grau de recurso ao Conselho Federal de Psicologia. Solicitação de Cancelamento Indeferido – Psicóloga CAMILA BATISTA DA ROSA CRP-08/38706: Com base no relatório do Parecer nº 19/2025/08-COF/08-GETEC, o qual indefere o cancelamento do registro profissional, após apreciação do processo, o plenário delibera o encaminhamento em grau de recurso ao Conselho Federal de Psicologia. Nada mais tendo a relatar, às 16h10min a conselheira Presidenta encerrou a reunião Plenária e eu, Angelo Horst, funcionário deste CRP, lavrei esta ata, que vai assinada por mim e pela conselheira Secretária, psic. Pamela Cristina Salles da Silva. A lista de presenças vai anexada e passa a fazer parte integrante desta ata.



Documento assinado eletronicamente por **Angelo Horst, Coordenação Técnica**, em 03/06/2025, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pamela Cristina Salles da Silva, Usuário Externo**, em 10/06/2025, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfp.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2219968** e o código CRC **8531C44C**.